



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 15, n. 1, Jan./Jun., 2023

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 18.02.2022. Revisado por pares em: 22.08.2022. Reformulado em: 22.09.2022. Avaliado pelo sistema double-blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2023v15n1ID28112

Análise dos indicadores de produção e distribuição do valor adicionado da Natura S.A

Analysis of the production and distribution indicators of Natura S.A.'s value added

Análisis de los indicadores de producción y distribución del valor añadido en Natura S.A.

Autores

Ana Paula Lemes da Silva

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Endereço: *Campus* Pontal - Sala 3º Piso - Direção da FACES Rua Vinte, 1600, Bairro Tupã, Ituiutaba - MG - CEP 38304-402. Telefone: (34) 3271-5224. Identificadores (ID):

ORCID: [//orcid.org/0000-0002-8009-4347](https://orcid.org/0000-0002-8009-4347)

E-mail: plemes600@gmail.com

Renata Mendes de Oliveira

Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço: *Campus* Pontal - Sala 3º Piso - Direção da FACES Rua Vinte, 1600, Bairro Tupã, Ituiutaba - MG - CEP 38304-402. Telefone: (34) 3271-5224. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2541-1511>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5124448021356548>

E-mail: remendes.itba@gmail.com

Thiago Alberto dos Reis Prado

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço: *Campus* Pontal - Sala 3º Piso - Direção da FACES Rua Vinte, 1600, Bairro Tupã, Ituiutaba - MG - CEP 38304-402. Telefone: (34) 3271-5224. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1863-3255>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2603845433072584>

E-mail: thiagoalberto@ufu.br

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

Carlos Eduardo de Oliveira

Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço: *Campus* Pontal - Sala 3º Piso - Direção da FACES Rua Vinte, 1600, Bairro Tupã, Ituiutaba - MG - CEP 38304-402. Telefone: (34) 3271-5224. Identificadores (ID):

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2892-9853>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8934672564828570>

E-mail: carlos.oliveira@ufu.br

Resumo

Objetivo: O estudo teve por objeto analisar os indicadores de produção e distribuição do valor adicionado da Natura S.A, na busca por evidenciar o comportamento dos mesmos no período entre 2011 e 2020.

Metodologia: Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza documental e descritiva. A coleta de dados foi realizada junto à base de dados da B3 e compreendeu o levantamento de informações da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), além da consideração de indicadores de produção e distribuição do valor adicionado. Os dados foram analisados de forma analítica, com elaboração de tabelas para evidenciar as informações coletadas de forma estruturada.

Resultados: Os resultados demonstraram que o indicador de produção que mais se destaca é relacionado à riqueza própria (GPRP). Os valores adicionados apresentaram comportamento crescente durante o período observado, com destaque ao valor gerado pela empresa no ano de 2020. A distribuição dos valores gerado se dá principalmente entre Pessoal, Impostos, Taxas e Contribuições e Remuneração de Capitais de Terceiros, o que impacta nos indicadores de distribuição ao Pessoal (PDVAP), distribuição ao Governo (PDVAG) e distribuição ao Capital de Terceiros (PDVACT).

Contribuições do Estudo: Esta pesquisa contribuem para teoria e para a prática no campo da contabilidade. De forma geral, os resultados apresentados reforçam o exposto por outras pesquisas e oferece novas evidências em relação a ampliação do período de observação. Ademais, auxiliam na compreensão em relação ao processo de produção e distribuição do valor adicionado, bem como ao demonstrar a relevância da DVA.

Palavras-chave: Demonstração Valor Adicionado, Indicadores de Produção, Indicadores de Distribuição.

Abstract

Purpose: The study aimed to analyze the indicators of production and distribution of value added of Natura S.A., in an attempt to highlight their behavior in the period between 2011 and 2020.

Methodology: This study is characterized as a documental and descriptive research. Data collection was carried out at the B3 database and comprised the gathering of information from the Value Added Statement (VAD), in addition to the consideration of indicators of production

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

and distribution of value added. The data was analyzed analytically, with the preparation of tables to show the information collected in a structured manner.

Results: The results showed that the production indicator that stands out the most is related to self wealth (GPRP). The added values showed an increasing behavior during the observed period, with emphasis on the value generated by the company in the year 2020. The distribution of the values generated is mainly between Personnel, Taxes, Fees and Contributions and Remuneration of Third Party Capital, which impacts the indicators of distribution to Personnel (PDVAP), distribution to Government (PDVAG) and distribution to Third Party Capital (PDVACT).

Contributions of the Study: This research contributes to theory and practice in the field of accounting. In general, the results presented reinforce what has been exposed by other studies and offer new evidence regarding the extension of the observation period. Furthermore, they help in the understanding of the process of production and distribution of value added, as well as in demonstrating the relevance of the DVA.

Keywords: Value Added Statement, Production Indicators, Distribution Indicators.

Resumen

Objetivo: El estudio tuvo como objetivo analizar los indicadores de producción y distribución de valor añadido de Natura S.A., en un intento de destacar su comportamiento en el período comprendido entre 2011 y 2020.

Metodología: Este estudio se caracteriza por ser una investigación de carácter documental y descriptivo. La recogida de datos se realizó en la base de datos de B3 y comprendió la recopilación de información de la Declaración de Valor Añadido (DVA), además de la consideración de los indicadores de producción y distribución de valor añadido. Los datos se analizaron de forma analítica, con la elaboración de tablas para evidenciar la información recogida de forma estructurada.

Resultados: Los resultados demostraron que el indicador de producción que más destaca está relacionado con la riqueza propia (GPRP). Los valores agregados presentaron un comportamiento creciente durante el período observado, destacando el valor generado por la empresa en el año 2020. La distribución de los valores generados se produce principalmente entre Personal, Impuestos, Tasas y Contribuciones y Remuneración del Capital de Terceros, lo que repercute en los indicadores de distribución al Personal (PDVAP), distribución al Gobierno (PDVAG) y distribución al Capital de Terceros (PDVACT).

Contribuciones del Estudio: Esta investigación contribuye a la teoría y la práctica en el campo de la contabilidad. En general, los resultados presentados refuerzan lo expuesto por otras investigaciones y ofrecen nuevas pruebas en relación con la ampliación del período de observación. Además, ayudan a comprender el proceso de producción y distribución del valor añadido, así como a demostrar la relevancia del DVA.

Palabras clave: Declaración del Valor Añadido, Indicadores de Producción, Indicadores de Distribución.

1 Introdução

Até o início do século XX, as organizações tinham apenas o objetivo de obter lucro para seus acionistas (Gomes & Moretti, 2007). Com o tempo, foi possível observar mudanças nos objetivos e nas atuações das organizações, que passaram a incorporar a prática da responsabilidade social e ambiental na sua gestão (Ponchirolli, 2008; Porter & Kramer, 2011). A responsabilidade social nas empresas, compreende desde a geração de lucro até a implantação de ações sociais no plano de negócios, englobando aspectos financeiros, sociais e ambientais, que podem auxiliar na maximização do desempenho organizacional (Elkington, 2001; Tenório, 2006; Degenhart, Vogt & Hein, 2018). Por meio de ações relacionadas à responsabilidade social, as empresas podem agregar maior valor e melhorar sua imagem, o que possibilita o aumento da participação no mercado (Dias, 2009; Ceciliano, Vieira & Silva, 2021).

Com a valorização das questões sociais, as demonstrações evidenciadas pelas empresas passaram a considerar aspectos que vão além de elementos econômicos e financeiros (Follmann, Paiva & Soares, 2011). Nesse sentido, ganharam espaço demonstrações como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). O Balanço Social, é um demonstrativo facultativo que visa evidenciar informações econômicas e sociais, do desempenho da entidade, aos diferentes usuários (Tinoco & Kraemer, 2004; Padoveze, Benedicto & Leite, 2012). Em outros termos, o Balanço Social tem por propósito demonstrar a inserção das empresas na sociedade, bem como suas contribuições (Aguiar & Oliveira, 2018).

A DVA é uma demonstração contábil complementar, que busca informar sobre os fatores econômicos que permitiram criação de valor pela empresa e como esse valor foi dividido entre os agentes econômicos (Cosenza, 2003). Adicionalmente, pode-se dizer que se trata de uma demonstração que ajuda a demonstrar o papel social das empresa, na busca por contribuir de forma positiva na geração de valor para a comunidade (Cosenza, 2003). A elaboração da DVA tornou-se obrigatória, para as companhias de capital aberto, com a aprovação da Lei nº 11.638/07 e os critérios para elaboração e apresentação são tratados pelo Pronunciamento Técnico CPC 09, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (Almeida & Silva, 2014).

Diferentes pesquisas evidenciaram sobre a relevância da DVA em variados contextos empresariais. A exemplo disso, Cunha, Ribeiro e Santos (2005) observaram o poder de aferição da DVA em relação ao formação e distribuição de riquezas das empresas listadas como Melhores e Maiores da Revista EXAME. A DVA também foi foco do estudo realizado por Wink, Severo e Dornelles (2015), que analisou a distribuição de riqueza ao Pessoal e aos Capitais de Entidades dos Setores da Auto indústria e de Bens de Capitais. Ataidés, Nagib e Costa (2018), buscaram analisar, por meio da DVA, o comportamento de empresas do setor de Telecomunicações em relação a sua produção e distribuição de riqueza.

Independente do setor de atuação, todas as empresas precisam desenvolver ações que englobem a responsabilidade social. Um dos setores que se destaca gestão responsável econômica, social e ambiental é o relacionado à Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC), como já observado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal e Cosméticos (Abihpec, 2021). Com o intuito de defender os interesses do setor HPPC, a ABIHPEC apoia as empresas na promoção de medidas para uma atuação empresarial socialmente responsável, por meio de projetos e programas de sustentabilidade e assessoria no

que tange o atendimento aos aspectos legais (Abihpec, 2021). A Natura S.A é uma das empresas do segmento de cosméticos que mais se destaca em relação às ações sociais e ambientais, chegando a ser reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo e a primeira do segmento a compor o *ranking* Global 100, elaborado pela companhia canadense de mídia e pesquisa *Corporate Knights* (Natura, 2020).

Diante do exposto, a presente pesquisa apresenta a seguinte questão de pesquisa: **qual o comportamento dos indicadores de produção e distribuição do valor adicionado da Natura S.A no período entre 2011 e 2020?** Sendo o objetivo analisar os indicadores de produção e distribuição do valor adicionado da Natura S.A, na busca por evidenciar o comportamento dos mesmos no período entre 2011 e 2020. Observar os indicadores da DVA, bem como conhecer sobre DVA, é necessário para a análise de informações socioeconômica das empresas. Como já exposto pelo CPC 09, a DVA permite: (i) analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa; (ii) identificar o desempenho econômico da empresa; (iii) auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais; (iv) fornece informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas e credores) e governo.

Além de evidenciar sobre a importância da DVA para as empresas, espera-se ainda que os resultados da presente pesquisa possam auxiliar em relação a necessidade de se refletir acerca da importância da adoção de ações que vão além de desenvolvimento econômico, compreendendo também questões relacionadas aos aspectos sociais e ambientais. Dessa forma, as empresas podem gerar mais benefícios para a sociedade na qual estão inseridas. Espera-se ainda acrescentar ao campo científico ao corroborar com achados já evidenciados por outras pesquisas e ampliar as reflexões acerca da relevância das informações expostas pela DVA.

2 Revisão de Literatura

2.1 Divulgação das Informações Socioambientais

A postura ecologicamente adequada tem ganhado destaque no Brasil e no mundo. Botrel (2009) aponta que a consciência da sociedade leva os agentes econômicos a investirem em empresas com comportamento ecologicamente corretos. A Brasil, Bolsa e Balcão (B3) é uma companhia de infraestrutura de mercado financeiro de classe mundial que ajuda a potencializar oportunidades de negócios em um ambiente de mercado dinâmico, desafiador e competitivo em escala global (CVM, 2021).

No sistema capitalista adotado pela Constituição Federal de 1988, o princípio da função social da empresa é norteado pela proteção ambiental, é imprescindível que se agregue valor ético ao processo econômico. Baracho e Cecato (2016) apontam que uma empresa em tempos atuais assume o compromisso ético de não sacrificar o meio ambiente em favor de lucro rápido e fácil. A empresa procura a conciliação entre a necessidade de se preservar o meio ambiente e o lucro da empresa (Baracho & Cecato, 2016).

A Norma Brasileira de Contabilidade-NBC T15 (2004) traz diversos itens para procedimentos de evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Costa, Lima e Alves (2020) investigaram o nível de divulgação voluntária de informações socioambientais em consonância com a NBT T15 de empresas abertas listadas na B3 dos setores de madeira, papel e celulose. Os autores verificaram que é baixo o nível de evidenciação acerca de recursos

humanos, mas que quanto aos aspectos da interação da empresa com o ambiente externo e meio ambiente, as empresas divulgam um melhor nível de informação.

A contabilidade ambiental, por sua vez, tem objetivos que consistem no registro e geração de relatórios capazes de identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros, que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período (Ribeiro, 2010). Evidenciando a situação patrimonial de uma empresa aos usuários que se interessam por esse tipo de informações. Costa (2012) complementa ao citar que a contabilidade ambiental define o estudo do patrimônio ambiental, envolvendo ativos, passivos, receitas e despesas ambientais das entidades, permitindo aos *stakeholders* e usuários internos e externos uma visão da situação patrimonial dos eventos ambientais da entidade.

Existem diferentes relatórios que evidenciam informações sociais e ambientais na divulgação da sustentabilidade além do *Global Reporting Initiative* (GRI), sendo os principais as Demonstrações Contábeis e Relato Integrado, os quais são relevantes para influenciar a percepção dos *stakeholders* sobre a sustentabilidade e sobre o desempenho da empresa (Nossa, Rodrigues & Nossa, 2017). O GRI é um modelo de balanço ambiental para divulgação de dados socioambientais (Costa, 2012), que permite maior visibilidade e acompanhamento das metas de sustentabilidade das organizações (Calixto, 2008).

Dentre as Demonstrações Contábeis que evidenciam informações sociais e ambientais, pode-se destacar o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 28) o Balanço Social, um outro demonstrativo de cunho socioeconômico, é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades a diversos usuários interessados. Aguiar e Oliveira (2018) complementam que no Balanço Social, a evidenciação da sustentabilidade, a governança corporativa e a responsabilidade social das empresas, busca demonstrar como está inserida na sociedade e sua contribuição a ela. Sendo assim, as empresas socialmente responsáveis utilizam-se dessa ferramenta de divulgação.

A DVA é uma das peças formadoras do Balanço Social, que produz informações referentes à riqueza gerada pela empresa e a forma como foi feita sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-la, tais como os empregados, o governo, e os detentores de capitais, sócios, acionistas e financiadores externos (Cunha, Ribeiro & Santos, 2005). Considerando o foco da presente pesquisa em observar a DVA, a próxima seção apresenta ponderações mais aprofundadas sobre essa demonstração.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A contabilidade é uma ciência que fornece informações sobre a situação econômica e financeira de uma empresa, e por intermédio das demonstrações contábeis, com seus levantamentos de dados, atendem aos diversos usuários. Dentre as demonstrações desenvolvidas pela contabilidade está a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A DVA é um componente do Balanço Social, que fornece um conjunto de informações de natureza econômica (DeLuca, 1998; Santos, 2007).

A DVA objetiva demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa e sua distribuição entre os agentes que contribuíram para sua criação, como os empregados, governo, clientes, fornecedores e financiadores, prestando assim, informação a todos os usuários interessados na empresa (Martins, Gelbcke, Santos & Iudícibus, 2013). Além disso, as informações apresentadas pela DVA permitem que as empresas possam avaliar suas

atividades, seu desempenho e direcionar de forma mais adequada seu processo decisório, bem como gerar maior transparência, o que pode até mesmo influenciar as decisões dos investidores (Santos, Botinha & Lemes, 2019; Arruda, Garcia & Lucena, 2020).

De acordo com a NBC TG 09, a DVA representa um dos componentes do Balanço Social, fundamentada em conceitos macroeconômicos e apresenta quanto a entidade agrega de valor durante determinado período, bem como a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). As informações da DVA auxiliam no cálculo do PIB e de indicadores sociais, o que denota a extrema importância a elas associadas. As decisões de investimentos terão nessa demonstração excelente instrumental para auxiliar na solução de conflitos (Santos, 2007).

Seguindo critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 09, a DVA deve ser preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, sendo segregada em duas partes. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, que compõem o valor adicionado bruto. Em seguida é deduzido os valores referentes à depreciação, amortização e exaustão que levam então ao valor adicionado líquido produzido pela entidade. Por fim, acrescenta-se valores adicionados recebidos em transferência, que leva ao valor adicionado total a distribuir. A segunda parte representa a distribuição do valor adicionado entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. Diante das informações apresentadas pela DVA, torna-se possível evidenciar os reflexos da atuação de uma empresa dentro da sociedade na qual está inserida (Oliveira, 2009).

Por meio das informações da DVA, a sociedade consegue verificar a representatividade das empresas na geração de riqueza e valor (Cosenza, 2003). Os empregados das empresas podem encontrar subsídio informacional no processo de negociação de seus salários, o governo consegue obter informações que podem ajudar nas questões de cargas tributárias ou incentivos, os investidores conseguem verificar se seus investimentos estão obtendo retorno e os gestores podem tomar decisões de forma mais orientada (Cosenza, 2003). Além disso, empregados, governo, fornecedores e comunidade podem exigir informações que os auxiliem na avaliação quanto a produtividade, segurança no emprego, montante de pagamento de impostos e investimentos realizados pelas empresas na área ambiental e social (Martins, Quintana, Jacques & Valle, 2016). Com isso, percebe-se que a variação positiva ou negativa nos valores distribuídos pelas empresas podem impactar a vida e decisões de todos os envolvidos de forma direta ou indireta.

2.3 Estudos Anteriores

A pesquisa desenvolvida por Melo, Rover, Ferreira e Ferreira (2017) verificou a forma como a riqueza gerada por meio da DVA foi distribuída por empresas de capital aberto listadas na bolsa de valores e integrantes da revista Exame - Melhores e Maiores de 2015. A análise dos autores compreendeu a observação de informações dos anos de 2013 e 2014. Os resultados indicaram que no ano de 2013 houve maiores percentuais de distribuição de riqueza, na região Centro-Oeste, com contas relacionadas à “Pessoal”, “Impostos”, “Taxas e Contribuições”, “Remuneração de Capitais de Terceiros” e, na região Sul, destacou-se a distribuição da conta “Remuneração com Capital Próprio”. No ano de 2014, o Centro-Oeste mais uma vez se destacou com distribuição nas contas “Pessoal”, “Remuneração de Capitais de Terceiros”, bem como a região Sul com a conta “Remuneração com Capital Próprio”.

O estudo de Ataides, Nagib e Costa (2018), analisou a produção e a distribuição de riqueza das companhias de capital aberto do setor de telecomunicações do Brasil. Para tanto, os autores observaram indicadores da DVA como: Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP) e Grau de Riqueza Recebida por Transferência (GRRT) DVA, no período de 2015 a 2017. Os resultados mostraram que a empresa Algar Telecom S.A. apresentou o maior índice de GPRP, seguida pela Telefônica Brasil e a Tim Participações S.A. O inverso foi observado em relação ao GRRT dessas empresas. Além disso, foi possível evidenciar que Algar Telecom S.A. possuiu altos índices de distribuição de riqueza destinados a seus empregados, em comparação com as empresas do setor de telecomunicações. Sobre sua distribuição de riqueza, foi possível identificar que maior proporção de riqueza foi destinada ao Governo.

Guesser, Fedrigo e Einsweiller (2018), por meio da análise da DVA, buscaram classificar, considerando aspectos sociais, financeiros e econômicos, valores de riqueza gerados e distribuídos por 23 empresas Catarinenses listada na bolsa de valores, compreendendo o período de 2010 a 2015. Os resultados revelaram que percentuais significativos de distribuição foram destinados a despesas com pessoal, no aspecto social, e remuneração de capitais próprios classificada, no aspecto financeiro.

Por meio da observação de 27 empresas listadas na bolsa de valores no setor de construção, Moreno, Jesus, Grecco, Silva e Mendonça Neto (2019) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de verificar o comportamento da riqueza gerada e distribuída pelas empresas, considerando a análise da DVA e de índices de rentabilidade e endividamento no período de 2011 a 2016. Dentre os principais achados, os autores destacaram a redução da parcela distribuída com Capital Próprio, no período de 2011 a 2016. Em contrapartida, no mesmo período, foi possível evidenciar crescimento na riqueza distribuída para Capital de Terceiros. Além disso, foi observado, por meio da análise dos indicadores econômico-financeiros, declínio da rentabilidade do capital próprio e aumento nos índices de endividamento.

Com o intuito de verificar como as empresas distribuem suas riquezas entre colaboradores, governo, remuneração de capital de terceiros e capital próprio, Hosser, Ferreira, Soares e Karnopp (2020) desenvolveram uma pesquisa junto à 47 empresas que se enquadravam no Nível 1 e Nível 2 de governança da B3, nos anos de 2015, 2016 e 2017. Os resultados demonstraram que as o setor Financeiro foi o que mais gerou riqueza, dentre as empresas do Nível 1, e setor de Petróleo se destacou entre as empresas do Nível 2. Em ambos os níveis de governança analisados, destacou-se a distribuição de riquezas para Terceiros, no ano de 2015, e para o Governo, nos anos de 2016 e 2017.

Pode-se destacar a relevância da DVA para análise dos resultados de cada pesquisa citada. De forma geral, segundos o objetivo pretendido por cada estudo, foi possível conhecer a riqueza gerada e a forma como e para quem ocorreu sua distribuição, em diferentes segmentos da economia.

3 Aspectos Metodológicos

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os indicadores de produção e distribuição do valor adicionado da Natura S.A, na busca por evidenciar o comportamento dos mesmos no período entre 2011 e 2020. Dessa forma, a pesquisa tem natureza documental quanto aos procedimentos técnicos e descritiva quanto ao seu objetivo.

Como já mencionado, a empresa objeto de análise da presente pesquisa é a Natura S.A. A empresa é uma multinacional brasileira atuante no setor de cosméticos, produtos de higiene

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

e beleza e foi fundada em 1969 por Antônio Luiz Seabra. Conhecida como líder no setor de venda direta no Brasil, hoje está presente também na Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, Venezuela, França e Estados Unidos, além de outros 63 países indiretamente.

A coleta dos dados da presente foi realizada na base da B3, e compreendeu o levantamento das Demonstrações Financeiras Padronizadas consolidadas, mais precisamente, a DVA. Foram analisadas demonstrações do período que abrange os últimos dez anos, ou seja, de 2011 a 2020. A estrutura da DVA utilizada pela empresa Natura S.A pode ser observada no Tabela 1.

Tabela 1

Estrutura da Demonstração de Valor Adicionado

| Códigos | Contas |
|----------------|---|
| 7.01 | Receitas |
| 7.01.01 | Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços |
| 7.01.02 | Outras Receitas |
| 7.01.03 | Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios |
| 7.01.04 | Provisão/Reversão de Créditos Liquidação Duvidosa |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros |
| 7.02.01 | Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros |
| 7.02.03 | Perda/Recuperação de Valores Ativos |
| 7.02.04 | Outros |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto |
| 7.04 | Retenções |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão |
| 7.04.02 | Outras |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido |
| 7.06 | Valor Adicionado Recebido em Transferência |
| 7.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras |
| 7.06.03 | Outros |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado |
| 7.08.01 | Pessoal |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta |
| 7.08.01.02 | Benefícios |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. |
| 7.08.01.04 | Outros |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições |
| 7.08.02.01 | Federais |
| 7.08.02.02 | Estaduais |
| 7.08.02.03 | Municipais |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros |
| 7.08.03.01 | Juros |
| 7.08.03.02 | Aluguéis |
| 7.08.03.03 | Outras |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios |
| 7.08.04.01 | Juros sobre o Capital Próprio |
| 7.08.04.02 | Dividendos |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período |

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

| | |
|------------|--|
| 7.08.04.04 | Part. Não Controladores nos Lucros Retidos |
| 7.08.05 | Outros |

Fonte: Elaborado a partir de Natura (2021).

Pondera-se que o foco da análise foi dado para informações relativas ao Valor Adicionado Total a Distribuir e Distribuição do Valor Adicionado, que compreende Pessoal, Impostos, Taxas e Contribuições, Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios.

Na busca por alcançar o objetivo proposto pela pesquisa, foram analisados alguns indicadores. Há diversos indicadores da DVA na literatura, neste estudo foram investigados aqueles baseados em Martins et al. (2013), adaptados na pesquisa de Ataídes, Nagib e Costa (2018), conforme exposto no Tabela 2.

Tabela 2

Indicadores da DVA

| Indicador da DVA | Fórmula | Definição |
|---|--|---|
| Grau de Riqueza Própria (GPRP) | $GPRP = \frac{VALPE}{VATD} \times 100$ | Mede o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD) é proveniente da Produção da Empresa (VALPE) |
| Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT) | $GRRT = \frac{VART}{VATD} \times 100$ | Mede o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD) é proveniente de Recebimento de Terceiros (VART) |
| Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Pessoal (PDVAP) | $PDVAP = \frac{DVAP}{VATD} \times 100$ | Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD) o qual foi destinado ao pessoal (DVAP) |
| Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo (PDVAG) | $PDVAG = \frac{DVAG}{VATD} \times 100$ | Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD) o qual foi destinado ao governo (DVAG) |
| Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Capital de Terceiros (PDVACT) | $PDVACT = \frac{DVACT}{VATD} \times 100$ | Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD) o qual foi destinado a capital de terceiros (DVACT) |
| Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas (PDVAA) | $PDVAA = \frac{DVAA}{VATD} \times 100$ | Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD) o qual foi destinado aos acionistas (DVAA) |
| Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA) | $PRVA = \frac{LR}{VATD} \times 100$ | Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD) que foi retido pela empresa na forma de lucro (LR) |

Fonte: Adaptados de Ataídes, Nagib e Costa (2018).

O tratamento dos dados foi feito de forma analítica. Para tabulação e organização dos dados foi utilizado o *software* Microsoft Excel®. Para obter um melhor entendimento, foi elaborada uma tabela para evidenciar o valor adicionado a ser distribuído e a forma como se deu essa distribuição. Nessa linha, a análise compreendeu a observação do comportamento dos valores adicionados e distribuídos ao longo tempo (análise horizontal) e a representatividade de cada grupo dos valores distribuídos em relação ao valor total a ser distribuído (análise vertical). Outra tabela foi elaborada para evidenciar os principais indicadores da DVA, apresentados pela empresa Natura S.A ao longo do período observado.

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

4 Análise dos Resultados

O primeiro passo da análise dos dados da presente pesquisa, consistiu na verificação dos valores adicionados pela Natura S.A e como esses foram distribuídos entre Pessoal, Impostos, Taxas e Contribuições, Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios.

Tabela 3

Valor Adicionado Total a Distribuir e Distribuição do Valor Adicionado

| | 2011 | AH | AV | 2012 | AH | AV | 2013 | AH | AV |
|--|-------------------|-------------|------|------------------|-------------|------|------------------|-------------|------|
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 3.148.989 | 100% | | 3.699.280 | 117% | | 4.138.893 | 131% | |
| Distribuição do Valor Adicionado | 3.148.989 | 100% | 100% | 3.699.280 | 117% | 100% | 4.138.893 | 131% | 100% |
| ✓ Pessoal | 634.261 | 100% | 20% | 802.966 | 127% | 22% | 916.864 | 145% | 22% |
| ✓ Impostos, Taxas e Contribuições | 1.472.344 | 100% | 47% | 1.743.401 | 118% | 47% | 1.803.781 | 123% | 44% |
| ✓ Remuneração de Capitais de Terceiros | 211.483 | 100% | 7% | 291.691 | 138% | 8% | 570.442 | 270% | 14% |
| ✓ Remuneração de Capitais Próprios | 830.901 | 100% | 26% | 861.222 | 104% | 23% | 847.806 | 102% | 20% |
| | 2014 | AH | AV | 2015 | AH | AV | 2016 | AH | AV |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 4.564.447 | 145% | | 6.272.471 | 199% | | 5.419.653 | 172% | |
| Distribuição do Valor Adicionado | 4.564.447 | 145% | 100% | 6.272.471 | 199% | 100% | 5.419.653 | 172% | 100% |
| ✓ Pessoal | 1.074.786 | 169% | 24% | 1.244.978 | 196% | 20% | 1.327.437 | 209% | 24% |
| ✓ Impostos, Taxas e Contribuições | 1.724.433 | 117% | 47% | 2.148.891 | 146% | 34% | 2.009.371 | 136% | 37% |
| ✓ Remuneração de Capitais de Terceiros | 1.024.007 | 484% | 28% | 2.355.870 | 1114% | 38% | 1.774.607 | 839% | 33% |
| ✓ Remuneração de Capitais Próprios | 741.221 | 89% | 20% | 522.732 | 63% | 8% | 308.238 | 37% | 6% |
| | 2017 | AH | AV | 2018 | AH | AV | 2019 | AH | AV |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 5.539.920 | 176% | | 8.469.349 | 269% | | 8.528.126 | 271% | |
| Distribuição do Valor Adicionado | 5.539.920 | 176% | 100% | 8.469.349 | 269% | 100% | 8.528.126 | 271% | 100% |
| ✓ Pessoal | 1.835.645 | 289% | 33% | 2.813.413 | 444% | 33% | 3.010.938 | 475% | 35% |
| ✓ Impostos, Taxas e Contribuições | 1.993.561 | 135% | 36% | 2.414.119 | 164% | 29% | 2.349.495 | 160% | 28% |
| ✓ Remuneração de Capitais de Terceiros | 1.040.463 | 492% | 19% | 2.693.438 | 1274% | 32% | 2.775.302 | 1312% | 33% |
| ✓ Remuneração de Capitais Próprios | 670.251 | 81% | 12% | 548.379 | 66% | 6% | 392.391 | 47% | 5% |
| | 2020 | AH | AV | | | | | | |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 10.403.015 | 330% | | | | | | | |
| Distribuição do Valor Adicionado | 10.403.015 | 330% | 100% | | | | | | |
| ✓ Pessoal | 3.500.361 | 552% | 34% | | | | | | |
| ✓ Impostos, Taxas e Contribuições | 2.188.096 | 149% | 21% | | | | | | |

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

| | | | | |
|--|-----------|-------|-----|--|
| ✓ Remuneração de Capitais de Terceiros | 3.612.287 | 1708% | 35% | |
| ✓ Remuneração de Capitais Próprios | 1.102.271 | 133% | 11% | |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme pode ser observado na Tabela 3, no período entre 2011 e 2015 os valores adicionados a distribuir apresentaram um comportamento crescente. O valor adicionado apresentado ano 2016 reduziu em comparação ao que foi evidenciado no anterior, 2015. De 2018 a 2020 os valores voltaram a crescer, chegando à casa dos R\$10.403.015 no ano de 2020. Ao considerar o ano de 2011 como base para verificação do comportamento dos valores distribuídos ao longo do período observado, pode-se perceber acréscimo em todos os componentes (Pessoal, Impostos, Taxas e Contribuições, Remuneração de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios). Por meio da análise horizontal, pode-se perceber que a “Remuneração de Capitais de Terceiros” foi a que apresentou a variação mais expressiva ao longo do tempo, com aumento de mais de 1.000% nos anos de 2015, 2018, 2019 e 2020, quando da comparação em relação ao ano de 2011. Em contrapartida, a “Remuneração de Capitais Próprios” apresentou queda em seus valores entre os anos de 2014 e 2019.

A análise vertical, evidenciou que a distribuição do valor adicionado com “Pessoal” ocorreu de forma crescente durante o período analisado, com destaque para o ano de 2020, no qual o valor destinados ao “Pessoal” representou cerca de 34% do montante total distribuído. Esse valor apenas ficando atrás do destinado para “Remuneração de Capitais de Terceiros” que foi igual a 35% do valor distribuído. Observa-se que o ano de 2020 apresentou também os maiores valores em relação a distribuição para Remuneração de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios. A maior distribuição com Impostos, Taxas e Contribuições foi observada no ano de 2018, seguido pelos anos de 2019 e 2020.

A Tabela 4 compreende a observação dos indicadores da DVA. Pondera-se que não foram divulgados pela empresa valores detalhados sobre a distribuição da riqueza gerada para os Acionistas e àqueles retidos em forma de Lucro, o que inviabilizou o cálculo do percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas (PDVAA) e do percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA). Dessa forma, optou-se pelo cálculo do percentual de distribuição do Capital Próprio total.

Tabela 4

Indicadores da DVA

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Riqueza Própria (GPRP) | 96,10% | 95,63% | 91,20% | 84,58% | 69,27% |
| Riqueza recebida em Transferência (GRRT) | 3,90% | 4,37% | 8,80% | 15,42% | 30,73% |
| Distribuição ao Pessoal (PDVAP) | 20,14% | 21,71% | 22,15% | 23,55% | 19,85% |
| Distribuição ao Governo (PDVAG) | 46,76% | 47,13% | 43,58% | 37,78% | 34,26% |
| Distribuição Capital de Terceiros (PDVACT) | 6,72% | 7,89% | 13,78% | 22,43% | 37,56% |
| Distribuição Capital Próprio | 26,39% | 23,28% | 20,48% | 16,24% | 8,33% |

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Riqueza Própria (GPRP) | 80,20% | 89,09% | 75,72% | 77,16% | 70,22% |
| Riqueza recebida em Transferência (GRRT) | 19,80% | 10,91% | 24,28% | 22,84% | 29,78% |
| Distribuição ao Pessoal (PDVAP) | 24,49% | 33,13% | 33,22% | 35,31% | 33,65% |
| Distribuição ao Governo (PDVAG) | 37,08% | 35,99% | 28,50% | 27,55% | 21,03% |

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

| | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Distribuição Capital de Terceiros (PDVACT) | 32,74% | 18,78% | 31,80% | 32,54% | 34,72% |
| Distribuição Capital Próprio | 5,69% | 12,10% | 6,47% | 4,60% | 10,60% |

Fonte: *Dados da pesquisa (2021)*.

Ao analisar a Tabela 4, pode-se destacar o valor gerado pela Natura S.A proveniente de riqueza própria (GPRP), ou seja, aquele produzido internamente. Ressalta-se que o valor adicionado líquido produzido compreende a diferença entre os valores gerados com receitas e aqueles que envolvem insumos adquirido de terceiros, resultando no valor adicionado bruto, do qual são desconsiderados os valores relativos a retenções. Ao considerar o indicador GPRP, destaca-se o valor apresentado em 2011, que demonstra que 96,10% da riqueza da empresa é produzida internamente. Em seguida, destacam-se os valores apresentados nos anos de 2012, 2013 e 2017. Os valores para os indicadores de riqueza recebida pela empresa em transferência (GRRT), oscilaram de forma crescente entre 2011 e 2015, apresentando queda no ano de 2016 e 2017, voltando a crescer em 2018, com queda em 2019 e acréscimo em 2020.

Considerando os indicadores de distribuição de riqueza, destaca-se àqueles relacionados a distribuição ao Governo (PDVAG), isso no período entre 2011 e 2017. No período que compreende os anos de 2018 e 2019, os maiores indicadores foram apresentados para a distribuição ao Pessoal (PDVAP). No ano de 2020, destaca-se o indicador de distribuição ao Capital de Terceiros (PDVACT). Os menores indicadores de distribuição observados estavam relacionados à distribuição ao Capital de Terceiros (PDVACT), compreendendo o período entre 2011 e 2013, e Distribuição Capital Próprio, quando da observação do período que compreende os anos de 2014 a 2020.

As achados da presente pesquisa corroboram com aqueles observados por Melo et al. (2017), que também observaram que a maior parte da riqueza gerada pelas empresas é distribuída ao Governo, por meio dos Impostos, Taxas e Contribuições, ao Pessoal e Remuneração de Capital de Terceiros. Pontua-se que os autores realizaram a análise das informações dos anos de 2013 e 2014, de empresas de capital aberto listadas na bolsa de valores e que faziam parte da lista realizada pela revista Exame - Melhores e Maiores de 2015.

Além disso, os achados da pesquisa vão ao encontro do observado por Ataides, Nagib e Costa (2018), que analisaram o contexto de empresas do setor de telecomunicações, e observaram que a maior parte da riqueza das empresas observadas é proveniente de recursos próprios. O comportamento observado em relação à distribuição da riqueza das empresas analisadas por Ataides, Nagib e Costa (2018) também foi similar ao expostos aqui, evidenciando maiores distribuições de riqueza ao Governo e ao Pessoal.

Adicionalmente, os resultados aqui observados coadunam com o apresentado por Guessier, Fedrigo e Einsweiller (2018), quanto destaque da distribuição de riqueza ao Pessoal. Já a pesquisa de Moreno et al. (2019) evidenciou maior distribuição de riqueza a Capital de Terceiros, o que também foi constatado pelo presente estudo, quando da observação do ano de 2020. O destaque para a distribuição de riqueza para Terceiros também foi observado na pesquisa de Hosser et al. (2020), quando da análise de pesquisas que atuam em diferentes níveis de governança da B3.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa consistiu em analisar os indicadores de produção e distribuição do valor adicionado da Natura S.A, na busca por evidenciar o comportamento dos mesmos no período entre 2011 e 2020. Pode-se verificar que os valores adicionados a distribuir pela

empresa Natura S.A, apresentaram comportamento crescente durante o período observado, com destaque ao valor gerado pela empresa no ano de 2020. No tocante à distribuição de valores, destacaram-se os valores distribuídos ao Pessoal (2020), Impostos, Taxas e Contribuições (2018, 2019 e 2020) e Remuneração de Capitais de Terceiros (2020). Pondera-se que foram apresentadas oscilações crescentes e decrescentes para os valores distribuídos pela empresa ao longo do período analisado.

Os resultados demonstraram ainda que o indicador de produção que mais se destacou foi o relacionado à riqueza própria (GPRP). No que tange a distribuição de riqueza, destacaram-se os indicadores relacionados a distribuição ao Governo (PDVAG) para os anos de 2011 a 2017, distribuição ao Pessoal (PDVAP), nos anos de 2018 e 2019, e distribuição ao Capital de Terceiros (PDVACT), no ano de 2020. Em linhas gerais, pode-se concluir que nos últimos cinco anos que compreendem o período observado (2016 a 2020), a empresa tem aumentado seus indicadores de distribuição de riqueza ao Pessoal, enquanto a distribuição ao Governo tem apresentado reduções, especialmente a partir de 2017.

Os resultados apresentados pela pesquisa contribuem por acrescentar ao observado pela literatura. Além disso contribuí ao ampliar o escopo temporal da análise, uma vez que as pesquisas anteriores analisaram um intervalo menor de tempo. Em termos práticos, os resultados aqui observados, podem auxiliar na compreensão em relação ao processo de produção e distribuição do valor adicionado. Além disso, ao enfatizar a análise de informações da DVA, é possível reforçar a importância dessa demonstração e das informações por ela apresentadas, tanto para usuários internos, quanto para os usuários externos. Pondera-se que o meio das informações da DVA é possível direcionar decisões mais acertadas que podem influenciar ações de gestão, investimento e outros aspectos.

A principal limitação da pesquisa está no fato de compreender a análise de apenas uma empresa, a Natura S.A, o que acaba por restringir a comparabilidade ou aplicabilidade dos achados da pesquisa a contextos muito distintos. Diante disso, sugere-se estudos futuros que abordem a ampliação das análises aqui realizadas a grupos maiores de empresas. Sugere-se ainda a observação de outras demonstrações e relatórios contábeis e de gestão, bem como análise mercadológica na busca por compreender e justificar a geração e distribuição de valores pelas empresas analisadas.

Referências

Aguiar, L. G., & de Oliveira, T. C. (2018). Balanço social: análise dos modelos praticados atualmente e indícios de padronização em empresas que fazem parte do índice de sustentabilidade empresarial. *Revista Eniac Pesquisa*, 7(1), 109-124.

Almeida, R. L., & Silva, A. H. C. (2014). Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(1), 95-110.
DOI: <https://doi.org/10.12979/10778>

Arruda, M. P., Garcia, I. A. S., & Lucena, W. G. L. (2020). A influência do valor adicionado na precificação das ações das companhias abertas brasileiras listadas na BM&FBovespa. *Revista INTERFACE-UFRN/CCSA*, 17(2), 74-94.

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal e Cosméticos - ABIHPEC. (2021). *Panorama do Setor Atualizado – Agosto*. Recuperado em: 17 de setembro de 2021, de https://abihpec.org.br/panorama_do_setor_atualizado_agosto1408/.

Ataides, C. M., Nagib, L. D. R. C., & Costa, L. B. (2018). Uma análise da produção e distribuição de riqueza de companhias de capital aberto do setor de telecomunicações no Brasil. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade (RAGC)*, 6(25), 101-115.

Baracho, H. U., & Cecato, M. A. B. (2016). Da função social da empresa à responsabilidade social: reflexos na comunidade e no meio ambiente. *Direito e Desenvolvimento*, 7(2), 114-128. DOI: <https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v7i2.320>

Botrel, S. *Direito Societário Constitucional: uma proposta de leitura constitucional do Direito Societário*. (2009). São Paulo: Atlas.

Calixto, L. (2008). Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?. *Contabilidade Vista & Revista*, 19(3), 123-147.

Ceciliano P. H., Vieira P. R. C., & Silva A. C. M. (2021). A influência da Responsabilidade Social Corporativa na satisfação dos empregados: um estudo com Modelagem de Equações Estruturais. *Exacta Engenharia de Produção* (e-ISSN: 1983-9308), 1-26.

Comissão de Valores Mobiliários - CVM. (2021). *Portal do Investidor*. B3 - Brasil, Bolsa e Balcão. Recuperado em: 30 de março de 2021, de https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/Comite_educacao/Participantes/B3/B3.html.

Comitê De Pronunciamentos Contábeis. (2008). *CPC 09: Demonstração do valor adicionado*. Recuperado em: 22 de maio de 2021, de http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf.

Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2004). *Resolução CFC 1.003 de 19.08.2004*. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Brasília: CFC. Recuperado em: 30 de março de 2021, de http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003.

Cosenza, J. P. (2003). A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14(SPE), 07-29.

Costa, C. A. G. (2012). *Contabilidade Ambiental: evidenciação e transparência*. São Paulo: Atlas.

Costa, L. B., Lima, F. A., & Alves, P. M. (2020). Nível de evidenciação de informações socioambientais em empresas listadas na b3 nos setores de madeira, papel e celulose. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade (RAGC)*, 8(36), 145-157.

Ana Paula Lemes da Silva, Renata Mendes de Oliveira, Thiago Alberto dos Reis Prado, Carlos Eduardo de Oliveira

Cunha, J. V. A. D., Ribeiro, M. D. S., & Santos, A. D. (2005). A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(37), 7-23.

Degenhart, L., Vogt, M., & Hein, N. (2018). Relação do desempenho econômico-financeiro com a responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 8(1), 28-51.

De Luca, M. M. M. (1998). *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas.

Dias, O. C. (2009). *Racionalidades subjacentes às ações de responsabilidade social corporativa em empresas do setor elétrico brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado em 15 de maio de 2021, de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5934>.

Elkington, J. (2001). *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron.

Follmann, D. A., de Paiva, K. S. E., & Soares, S. V. (2011). Distribuição do valor adicionado nas empresas do novo mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 1(2), 101-117. DOI: <https://doi.org/10.18696/reunir.v1i2.33>

Gomes, A., & Moretti, S. (2007). *A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas*. São Paulo: Saraiva.

Guesser, A. P. G., Fedrigo, J., & Einsweiller, A. C. (2018). Demonstração do Valor Adicionado: A evolução e a distribuição da riqueza das empresas Catarinenses listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Ambiente e Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 10(1), 200-222.

Hosser, C., Ferreira, L. N., Soares, I. T. D., & Karnopp, N. V. (2020). Demonstração do Valor Adicionado (DVA): distribuição das riquezas das empresas listadas nos níveis 1 e 2 da B3. *Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (SINERGIA)*, 24 (2), 9-22. DOI: <https://doi.org/10.17648/sinergia-2236-7608-v24n2-9407>

Martins, A. S. R, Quintana, A. C, Jacques, F. V. S, & Valle, P. R. P. C. (2016). A percepção nos indicadores sociais e da Petrobras: petróleo brasileiro S/A com o auxílio do Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado (DVA). *Estudos do ISCA*, (14), 1-21.

Martins, E., Gelbcke, E. R., Santos, A. dos, & Iudícibus, S. de. (2013). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Melo, F. L., Rover, S., Ferreira, D. D. M., & Ferreira, L. F. (2017). Demonstração do Valor do Valor Adicionado (DVA): um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 7(2), 68-92.

Moreno, J. C., de Jesus, R., Grecco, M. C. P., da Silva, F. L., & de Mendonça Neto, O. R. (2019). Análise da Geração e Distribuição da Riqueza através da Demonstração de Valor Adicionado no Setor de Construção do Brasil. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)*, 6(1), 178-199. DOI: <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2019v6i1p178-199>

Natura. *Natura é uma das empresas mais sustentáveis do mundo*. (2020). Recuperado em 12 de setembro de 2021, de <https://www.natura.com.br/blog/mais-natura/natura-e-uma-das-empresas-mais-sustentaveis-do-mundo>.

Nossa, V., Rodrigues, V. R. dos S., & Nossa, S. N. (2017). O que se tem pesquisado sobre Sustentabilidade Empresarial e sua Evidenciação?. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11, 87-105. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v11i0.1719>

Oliveira, G. P. (2009). *Contabilidade Tributária*. São Paulo: Saraiva.

Padoveze, C. L., Benedicto, G. C., & Leite, J. S. J. (2012). *Manual de Contabilidade Internacional: IFRS-US Gaap-BR Gaap: Teoria e Prática*. 1. ed. - São Paulo: Cenage Learning.

Ponchirolli, O. (2008). *Ética e responsabilidade social empresarial*. Curitiba: Juruá.

Porter, M. E. & Kramer, M. R. (2011). *The big idea: creating shared value*. H Harvard Business Review.

Ribeiro, M. S. (2010). *Contabilidade Ambiental*. 2. ed. São Paulo: Saraiva.

Santos, A. (2007). *Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA*. São Paulo: Atlas.

Santos, A. A., Botinha, R. A., & Lemes, S. (2019). Análise da *value relevance* da demonstração do valor adicionado nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 18, 1-16. DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-766220192697>

Tenório, F. G. (2006). *Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: FGV.

Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2004). *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas.

Wink, E., Severo, P. S., & Dornelles, M. T. (2015). Demonstração do Valor Adicionado (DVA): distribuição de riqueza ao pessoal e aos capitais de entidades dos Setores da Autoindústria e de Bens de Capitais. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 5(3), 61-80.